



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 94, DE 2011

(Do Sr. Rubens Bueno)

Altera o art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a fim de estabelecer a obrigatoriedade da instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PRC 102/1992.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

A **Câmara dos Deputados** resolve:

Art. 1º O Art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, renumerando-se os atuais:

“Art. 35

§ 2º Recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação no prazo de dez sessões, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário, devolvê-lo-á ao Autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

§ 3º Decorrido o prazo de dez sessões constante do § 2º, o silêncio do Presidente importará a publicação e criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que deverá ser feita pelos membros da Mesa, em ordem sucessiva, no prazo de duas sessões para cada um deles.

§ 4º No caso do § 3º, caberá ao Membro da Mesa designar os membros da Comissão por indicação dos Líderes, ou independentemente desta se, no prazo de quarenta e oito horas após o envio do ofício às Lideranças, não se fizer a escolha.

.....
” (NR)

JUSTIFICATIVA

O objetivo principal desta proposta é o de criar mecanismos para que as Comissões Parlamentares de Inquérito sejam, de fato, criadas e instaladas, quando cumpridas as formalidades de número mínimo de assinaturas e existência de fato determinado.

Hoje, a Câmara dos Deputados passa por um problema que nunca havia ocorrido nos últimos 36 anos: o Presidente recusa-se a dar andamento aos pedidos de CPIs, e não há nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito em funcionamento na Casa, o que claramente usurpa a finalidade fiscalizatória do Congresso Nacional.

Sabe-se que o Art. 35, § 4º do Regimento permite o funcionamento concomitante de até 5 Comissões criadas por requerimento na Casa. No entanto, o Presidente enviou um dos requerimentos ao arquivo, alegando não haver fato determinado, e simplesmente não deu seguimento a outros 6 requerimentos – ainda que tivessem o número mínimo de 171 assinaturas confirmado pela Secretaria-Geral da Mesa. São elas: 1. a que pretende investigar o tráfico de pessoas no Brasil entre 2003 e 2011, 2. a que busca apurar o processo de privatização do Banespa e eventuais prejuízos, 3. a que intenta investigar irregularidades na instalação de barreiras eletrônicas de velocidade, 4. a de investigação de exploração do trabalho análogo ao de escravo, 5. controvérsias no cálculo dos royalties da mineração e 6. a que procura investigar a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Embora o Supremo Tribunal Federal já tenha se manifestado a favor do procedimento de instalação obrigatória pelo Presidente da Câmara, ainda assim não há o cumprimento do Regimento, levando à supressão do direito dos parlamentares.

Por tudo isso, fomos levados a apresentar este projeto de resolução, estatuinto mecanismo de instalação tácita pelos demais membros da Mesa, após o prazo de dez sessões após a apresentação do Requerimento, prazo suficiente para que a Secretaria-Geral da Mesa proceda à conferência das assinaturas. Dessa forma, a competência para a criação de CPI passa a caber a todos os membros da Mesa, e não apenas ao Presidente.

Pelos motivos expostos, solicitamos o apoio aos nobres Pares para a aprovação deste projeto em prazo o mais breve possível, a fim de restringir o Poder limitador de prerrogativas parlamentares da Presidência da Câmara.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2011

Dep. Rubens Bueno
PPS - PR

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>
--

REGIMENTO INTERNO
DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

RESOLUÇÃO Nº 17, de 1989

Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados

.....

TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

.....

CAPÍTULO IV
DAS COMISSÕES

Seção III
Das Comissões Temporárias

Subseção II
Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 35. A Câmara dos Deputados, a requerimento de um terço de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º Recebido o requerimento, o Presidente o mandará a publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário, devolvê-lo-á ao Autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Parágrafo com redação adaptada à Resolução nº 20, de 2004)

§ 3º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º Não será criada Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando pelo menos cinco na Câmara, salvo mediante projeto de resolução com o mesmo *quorum* de apresentação previsto no *caput* deste artigo.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de criação.

§ 6º Do ato de criação constarão a provisão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à Administração da Casa o atendimento preferencial das providências que a Comissão solicitar.

Art. 36. A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, ou do Poder Judiciário, necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer a audiência de Deputados e Ministros de Estado, tomar depoimentos de autoridades federais, estaduais e municipais, e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Câmara, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território nacional para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VI - se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo único. As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
